

A 52 ANOS ERUS DISTRITO

PERUS, região conhecida nos tempos coloniais por "AJUÁ". Segundo o Dicionário do Município de São Paulo, de Afonso de Freitas, o referido local é antiquíssimo no município de São Paulo, conforme documentos dos séculos XVII e XVIII.

A 2 de abril de 1678, o capitão-mór e governador da Capitania de São Vicente, Tomas Fernandes de Oliveira, houve por bem prover a Domingos Fernandes Porto, no posto de Capitão de Infantaria dos bairros Juquery-Mirim, Jaraguá, Ajuá e seu distrito.

Em 1720, o benemérito paulista, capitão-mór Isidoro Tinoco de Sá, proprietário pelos seus avós, desde o ano de 1600, de uma área de terra, na paragem de Ajuá, requeria e obtinha na mesma paragem para ampliação de seus domínios, já sáfaras.

No ano de 1736, Francisco de Almeida Taquês é nomeado cabo para o bairro da Ajuá, afim de assistir a feitura do caminho do mar, o mesmo acontecendo a João Rodrigues e José Camargo, também nomeado para cargo idêntico, em 1766.

O então bairro do Ajuá, atual Distrito de Perus, está situado na região da Cantareira ao norte das paragens do Bananal, Parada e Taipas, e se estende do córrego Ajuá, no município de São Paulo, até as vertentes ocidentais do rio Santa Inês, em Mairiporã. Na região serrana de Ajuá, Salvador Pires Medeiros, capitão da gente de São Paulo, fundou em 1620 uma fazenda de grandes proporções territoriais, dedicando a cultura vinícola. Com muita abundância de detalhes, o mobilirista ilustre, Pedro Taquês, afirmava que em 1682, ainda florescia.

Fazenda dos Pires, a que mais ampliava, estendia-se pela bacia do rio Juquery, onde o opulento fazendeiro erigiu uma capela sob a invocação de Santa Inês, em homenagem a sua mulher, Inês Monteiro de Alvarenga.

A lembrança da existência dos Pires na região do Ajuá, existe hoje apenas na persistência da denominação Santa Inês, embora não mais designam o templo, desaparecido há muito tempo. A Fazenda Ajuá, era na época, uma das maiores nas proximidades de São Paulo, no princípio do século XVIII.

Segundo o Registro Paroquial de Nossa Senhora do Ó, iniciado pelo paróco José Joaquim do Prado, a 19 de novembro de 1855 e encerrado a 4 de junho de 1856, seriam proprietários de terras no "bairro do Ajuá", naquela data, as seguintes pessoas: Antonio Emiliano Goulart Penteado, Bispo Diocesano, Frutuoso Bueno de Moraes, Francisco Antonio de Oliveira Simões, Francisco José Barbosa, Francisco José de Moraes, Francisco de Paula Assis Afonso, Gertrudes de Moraes, Jesuina



Hedwiges Dias de Oliveira e Inacia Dias

Jezuíno Afonso de Camargo e Candido da Cunha Brito, o qual possuía as Fazendas Santa Fé e Itaberaba, com cerca de 1.300 alqueires.

Posteriormente outros se dirigiram para o povoado, tais como: Di Sandro, Antonio Maia, Achilles Fanton, Ernesto Botoni, Narciso Cagnassi, Leonardo Correa, Sylvio de Campos, Demetrio Vidal Lopez, Julio de Oliveira, Pascoale Peccicacco, Vasco Gazzo, Peregrino Lage, Pedro Albano, Joaquim Serpal e outras famílias que fixaram suas residências na localidade, atraídos pela tranquilidade do local.

Com a inauguração da Estrada de Ferro Perus-Pirapora e o início das atividades da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, em 24 de abril de 1926, teve início a corrente migratória para Perus. Com a instalação da Companhia de Cimento e o crescimento vertiginoso de São Paulo, Perus começou a crescer e ser acreditado.

Em 1934, a 21 de setembro, através do Decreto nº 6.693, foi criado e instalado o Distrito de Paz de Perus.

No ano de 1938 foi criado o Grupo Escolar de Perus, antes denominado Escolas Mistas de Perus e da Parada, sendo que o seu primeiro diretor foi o professor Manoel Nogueira Padilha Sobrinho.

Em 1940 foi criada a Paroquia Santa Rosa de Lima, ano em que também é fundado o Centro Amigos de Perus, para atender as reivindicações da população. Em 1951 foi criada a sub-delegacia de Polícia. Em 1953 é